

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

21 a 27 de Junho de 1992 Nº 43

ÁFRICA DO SUL: após o massacre de Boipatong o futuro é cada vez mais incerto.

Mais uma vez o Inkhata ou forças policiais são os suspeitos deste massacre. Por seu turno, a campanha de protesto contra o governo — que objetiva força-lo a aceitar a exigência do ANC de um governo provisório não-racial até o fim deste ano — tende a sair fortalecida (e tomar rumos talvez incontroláveis), mesmo com as (ou a partir das) repressões governamentais. O futuro parece incerto. Há rumores de retorno ao Estado de Emergência, ou que de Klerk venha a tentar impor (o que seria um desastre político e nunca um acordo) um plano sem o apoio do ANC. Quanto ao governo, este continua a exigir a cessão do direito do veto à minoria branca.

Após a derrocada de parte da legalização do apartheid, da legislação do ANC, do levantamento gradativo das sanções internacionais, o governo, o ANC e as demais forças políticas da África do Sul vêem-se diante de um jogo onde os impasses, as divergências, o esvaziamento político, a violência incontida, etc se somam à estratégias e projetos sociais diversos, os quais esperamos não sejam inconciliáveis.

Não importa quantos, 1, 35 ou 50 mortos, o que choca é a sucessão "natural" e esperada das mesmas. As dezenas de vítimas do ataque a um "bairro de lata", em Boipatong, parece assinalar mais do que uma data histórica e trágica na longa luta dos negros sul-africanos contra o regime racista e excludente da África do Sul. Para os sucessivos massacres sempre há suspeitos, entretanto, também há constantes ausências de condenações pelo tribunais competentes. A impunidade serve de alimento à violência. Mas, a conjuntura sul-africana parece cada vez mais explosiva e inviável se permanecer alheia às necessárias transformações. O momento é de impasse, e requer além de firmes decisões políticas, uma comple

NESTA EDIÇÃO:

TAP e TAAG suspendem atividades conjuntas
p.04

Entrevista do Bispo de Cabinda, Paulino Fernandes Madeca
p.05

Entrevista do presidente da Guiné-Bissau Nino Vieira
p.08

Teatro de Moçambique
p.10

xa redefinição dos diferentes interesses. Alguns terão que perder para que a maioria ganhe. Cabe, portanto, à maioria pressionar politicamente mas não sucumbir à tentação de radicalização, pois esta prática entrará em confronto com estruturas de um Estado policial ainda intacto, e sempre pronta a ameaçar os ganhos adversários fruto de lutas anteriores.

Para o governo a resolução do jogo político-constitucional não requer pressa, e manter as rédias sob o devido controle significa também exasperar os adversários. Por outro lado, estes podem assumir direções diversas como assimilar a estratégia governamental ou, percebendo-a como tendo o sentido de desgastar as oposições, podem incrementar a luta política com o apoio de grandes manifestações de massa. A grande expectativa é que o movimento de todas estas forças tende a ocasionar choques cada vez mais violentos, fazendo com que algumas forças não se submetam a nenhum controle. O impasse, e a sempre possível radicalização, desgasta cada vez mais a CODESA, os partidos, as negociações, os líderes ..., e alimenta de energia e armas o Partido Conservador, os neo-nazis, a Azapo, o PAC, entre outros. (pp. 11 e 12)

EB

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

ANGOLA: UNITA recusa a idéia de um congresso extraordinário.

A principal reivindicação de Tony da Costa Fernandes e Miguel N'zau Puna é a realização de um congresso extraordinário da UNITA antes das eleições de setembro. Os dois dissidentes estão atuando através da "Tendência de Reflexão Democrática" liderada por Paulo Chipilica e que deverá oficializar o nome "UNITA-DEMOCRÁTICA", como forma de atrair os descontentes com as orientações implementadas por Jonas Savimbi. Na tentativa de forçar a UNITA a dar-lhes uma resposta Fernandez e Puna voltaram a denunciar o desrespeito aos direitos humanos na Jamba, desta vez apresentando uma longa lista de pessoas desaparecidas, durante a guerra e após a assinatura das tréguas. Os dois dissidentes aproveitaram a mobilização dos jornalistas, após a sua chegada, para convidar Savimbi para um debate que vise a democratização interna da UNITA e sua adaptação à vida política. A estratégia de atuação da UNITA tem sido até o momento a de não responder as acusações dos dois dissidentes. Todavia, alguns observadores afirmam que a lista de nomes apresentada forçará a UNITA a uma declaração. Salupeto Pena, membro da Comissão Conjunta Político-Militar, já afirmou que os congressos extraordinários da UNITA só ocorrem com o pedido da comissão política e "neste caso não há necessidade". Provavelmente prevendo o desenrolar deste problema, Savimbi telefonou ao presidente de Portugal, Mário Soares, na tentativa de que este confirme a sua visita à Angola antes das eleições.

Cartamente a presença de Soares constituiria uma forma de serenar os ânimos e as acusações dos adversários da UNITA.

O MPLA por sua vez não navega em mares calmos. Os boatos da existência de um plano de desestabilização em Angola, traçado por pessoas próximas do presidente, tem aumentado na imprensa internacional. O plano que teria como corolário o assassinato do líder oposicionista Jonas Savimbi foi confirmado por algumas fontes diplomáticas no jornal o Público do dia 13/06/92. O crescimento das acusações obrigará o governo a se posicionar publicamente sobre o fato. A primeira atitude é a possível convocação dos embaixadores dos países ocidentais atuantes em Luanda

da onde se pediria explicações sobre a acusação.

A existência de questões delicadas a serem digeridas nos dois lados levou o secretário adjunto de Estado Norte-Americano para África, Herman Cohen, a pedir uma maior moderação na propaganda hostil que tem ocorrido entre a UNITA e o governo. Este pedido parece agradar aos dois lados, pelo menos até que um dos partidos elabore explicações razoáveis acerca das acusações que pesam sobre seu movimento. (pp. 02 a 06)

MB

MOÇAMBIQUE: Negociações avançam em Roma.

Após mais uma ameaça de impasse, os mediadores das negociações conseguiram obter das delegações do governo e da Renamo um acordo sobre a nova agenda. E deverá ter como ponto inicial a discussão das questões militares. A discussão em torno de questões constitucionais (exigência da Renamo que chegou a ameaçar o bom andamento da rodada de negociações, cujo programa inicial continha somente questões militares), será efetuada paralelamente à definição das garantias do processo de pacificação. As discussões das questões militares já deverão incluir observadores estrangeiros, principalmente portugueses e americanos. Em Moçambique, entretanto, como destaca Teresa Lima, correspondente do Público, cresce o questionamento, por parte de moçambicanos "de várias camadas sociais (...) do direito das duas delegações, tanto a da Renamo como a do governo, de discutirem em Roma a lei fundamental do país".

País que, como infelizmente somos obrigados a repetir semana após semana, atravessa uma terrível crise ocasionada pela desestruturação social que é um corolário da guerra que se arrasta por vários anos, agravada pelos efeitos da pior seca de que se tem referência na região. Mais de três milhões de moçambicanos (cerca de 20% da população) está sob a ameaça de morrer de fome e tem sua situação piorada pela decisão da Renamo de não permitir a passagem por via terrestre de comboios carregando suprimentos para as áreas mais afetadas, alegando que o exército governamental poderia "tirar proveito da situação". Para tentar resolver este problema, representantes da ONU encontraram-se com Afonso Dhlakama, mas nenhum acordo foi estabelecido. (pp. 9-10)

FN

PIONEIROS DA INDÚSTRIA NO PÓDIO

SEGUNDA-FEIRA, 22 JUNHO 1992

PÚBLICO

DANIEL DEUSDADO

As empresas portuguesas estão a arrancar definitivamente para África e também para alguns países das Caraíbas e Pacífico (ACP). Na quarta-feira passada, em Espinho, e perante mais de 400 empresários e quadros de empresas, o Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) e o CDI (organização da Comunidade Europeia e dos países ACP para a Cooperação e Desenvolvimento Industrial) entregaram distinções às três empresas que mais se evidenciaram nos seus voos para estes destinos: a CIN, a Nutrinvest e a Companhia Aveirense de Higienização de Sal (Vitasal).

Talvez a ideia mais bizarra das três premiadas seja a da Vitasal, que respondeu a um apelo de apoio técnico feito pela empresa nacional de sal do Suriname, a Suriname Salt Works. Este país possuía condições para a produção de sal, mas, por muitos esforços que fossem desenvolvidos por vários técnicos europeus, de sal é que não apareciam vestígios.

O presidente desta PME, Amândio Canha, deslocou-se ao Suriname, país vizinho do Brasil e, da segunda vez que lá foi, conseguiu fazer "brilhar os olhos dos sul-americanos": fez aparecer sal. As entidades oficiais foram presenciar o acontecimento em ambiente de alegria e o desfile das personalidades em frente ao sal continua inclusivamente uma

prova gastronómica do 'objecto mágico'. "As pessoas passavam em frente, metiam a mão no sal, provavam e afirmavam ser muito bom", comenta o empresário.

Todo este esforço foi desenvolvido sem envolvimento económico da Vitasal e houve apenas como contrapartida para o trabalho desenvolvido o reembolso do ICEP e da CDI face às despesas de deslocação. "Tivemos uma atitude humanitária, era o que mais nos importava", considera o presidente da Vitasal.

O mérito da empresa foi, como o presidente reconhece, um 'ovo de colombo'. Os técnicos holandeses pretendiam fazer sal mas não adequavam a temperatura da água (ficavam-se pelos 16 graus) à temperatura necessária para o sal cristalizar (25 graus). Sem levar para lá grandes tecnologias, a empresa de Aveiro acabou por fazê-lo e atingiu 15 toneladas de produção. Desenvolvem-se agora estudos para saber se a capacidade técnica necessária para produzir o sal possibilita a viabilidade económica desta actividade.

Projectos africanos

História diferente tem a Nutrinvest. Esta empresa do sector agro-alimentar — cujo capital pertence à "holding" estatal IPE — liderou dois projectos em África: pescas na Guiné e produção de caju em Moçambique. No primeiro caso, conseguiu-se não só passar a abastecer parte do mercado do país com peixe fresco como se iniciou tam-

bém um ciclo da sua exportação.

Em Moçambique, o esforço realizado tenta aproveitar a produção agrícola do caju e a sua transformação local, de modo a deixar as mais-valias deste investimento no país e a quebrar o ciclo de exportação do caju em bruto para a Índia. A Nutrinvest vai desenvolver um plano de plantação de caju — 500 hectares por ano — de forma a fazer multiplicar as potencialidades do negócio.

O investimento da Nutrinvest e dos seus parceiros é de seis milhões de contos, para o qual contam com um financiamento do Banco Europeu de Investimentos (BEI). As condições do empréstimo são vantajosas, já que nos primeiros cinco anos há carência sobre os juros, a taxa de empréstimo é, no máximo, de três por cento e incide sobre os lucros do negócio desenvolvido. Estes são, aliás, os princípios do acordo entre o BEI e a Convenção de Lomé IV (para abranger investimento nos países ACP, entre os quais se contam os PALOP).

A Corporação Industrial do Norte (CIN) viu reconhecida a sua estratégia de trazer a Portugal os seus quadros africanos para lhes dar formação. A CIN tem fábricas em Angola e Moçambique e presta apoio técnico em Cabo Verde. As unidades da CIN nos PALOP nunca pararam nem foram nacionalizadas. A de Angola factura actualmente um milhão de contos por ano e a de Moçambique 300 mil contos. ■

EXPRESSO, Sábado, 20 Junho 1992

Países ACP em debate

A COOPERAÇÃO industrial entre os países da zona ACP (África, Caraíbas e Pacífico) desenvolve-se em debate esta semana, em Vila Nova de Gaia. Organizado pelo ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal), o encontro tem como objectivo sensibilizar as empresas portuguesas para a cooperação industrial com os países africanos, estando presentes representantes de mais de 300 empresas e de 60 entidades.

O seminário decorreu de um acordo assinado entre o ICEP e o CDI (Centre pour le Développement Industriel). No entanto, foi também assinado um protocolo entre as duas entidades e o Fundo para a Cooperação Económica, que permitirá, assim, a estes configurar acções de cooperação industrial.

ÁFRICA É PALOP

O ICEP funciona como antena da CDI desde 1967. A CDI é um organismo paritário da CE e dos Estados ACP com sede em Bruxelas e com orçamento financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento. A CDI considera investimentos prioritários em África e nos Caraíbas os que forem canalizados para as indústrias agro-alimentar, florestal, metalúrgica, de couro, energia, papel e impressão e materiais de construção. ■ D.D.

seus apoios principalmente para quatro áreas: estudos de viabilidade de mercado (27,4 por cento), formação de pessoal (21 por cento), assistência técnica (17,9 por cento) e diagnóstico (7,4 por cento).

Os investimentos portugueses em África estão essencialmente concentrados nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Do total de 90 projectos aprovados e apoiados pelo ICEP e CDI nos países ACP, 56 destinam-se aos PALOP — Moçambique (18), Cabo Verde (13), Angola (12), Guiné-Bissau (10), Guiné (7) e Espanha (5) — e apenas 21 em países de língua oficial não portuguesa, sobretudo em Espanha que compõem o grupo ACP. As áreas de maior interesse económico são:

EXPRESSO, Sábado, 20 Junho 1992

CINTRA & Lealganbos e concurso da RTP para o fornecimento e instalação de sistemas de televisão via satélite nas televisões dos PALOP para recepção da RTP Internacional. O equipamento dispõe de um sistema que permite manter a antena parabólica constantemente alinhada para o melhor sinal emitido pelo satélite.

SAVIMBI CONTRA ADIAMENTO DA VISITA DE SOARES —
O líder da UNITA telefonou ontem ao Presidente da República, reafirmando o grande empenho que põe na próxima visita de Mário Soares a Angola. Jonas Savimbi expressou a Soares "estranheza e preocupação" pelo novo adiamento da viagem, agora prevista para depois das eleições angolanas, marcadas para finais de Setembro. Refira-se que este adiamento foi solicitado pelo Presidente José Eduardo dos Santos. Segundo um relato feito à Lusa por um delegado da UNITA em Lisboa, Savimbi sublinhou, no contacto telefónico com Soares, que a visita do Presidente português antes das eleições seria uma chegada importante ao processo de democratização de Angola e representaria um contributo ímpar no período pré-eleitoral.

EXPRESSO, SÁBADO 20 DE JUNHO DE 1992
Savimbi telefona a Soares

JONAS Savimbi telefonou ontem ao Presidente Mário Soares, pedindo-lhe que sensibilize os chefes de Estado ocidentais para os riscos que o processo de paz em Angola correrá se as eleições não se realizarem em Setembro. O líder da UNITA considera que «tudo voltará à estaca zero» e que a paz ficará «seriamente comprometida» se os atrasos do processo eleitoral obrigarem ao adiamento das eleições. Savimbi declarou-se especialmente preocupado com os atrasos no recenseamento, disse a Soares que a recente visita do Papa foi «positiva» e lamentou que o Presidente português não vá agora a Angola, por entender que a sua visita poderia contribuir para o apaziguamento das tensões políticas.

Um libelo arrasador

Não vamos agora desviar-nos do nosso principal objectivo, que é o processo eleitoral, só porque alguém resolve vir lançar a confusão". Esta é a argumentação articulada pelos vários dirigentes da UNITA instados pelo PÚBLICO a pronunciarem-se sobre as declarações de N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes na conferência de Imprensa da passada segunda-feira (ver edição de ontem do PÚBLICO).

Na ocasião, os dois dissidentes do partido liderado por Jonas Savimbi retomaram o tema da violação dos direitos do homem na Jamba, ao longo de três horas que tiveram, para alguns observadores em Luanda, um efeito mais demolidor sobre a imagem da UNITA do

que os últimos 16 anos de exercício do poder pelo MPLA. Nas últimas 24 horas, a rádio e televisão de Angola insistiram na repetição de algumas das mais polémicas declarações dos dois ex-quadros.

Assumindo-se como principais animadores da "Tendência de Reflexão Democrática" da UNITA, Tony da Costa Fernandes e N'Zau Puna afirmaram-se empenhados "na democratização" do partido — no que dizem ter o apoio do Governo norte-americano — e propõem a realização de um congresso extraordinário para medirem forças com Jonas Savimbi. Os dois generais que no passado mês de Fevereiro planearam a sua dissidência — numa altura em que desempenhavam funções importantes na

direcção da UNITA (Puna com o posto de "ministro" do Interior e Fernandes com o de "ministro" dos Negócios Estrangeiros) — dizem aguardar até 30 de Junho a convocação do congresso. E adiantam que se não se alcançarem os seus propósitos não ficarão "de braços cruzados": "Vamos evoluir para outra situação política".

Prioridades

Sobre esta pretensão dos dissidentes, Salupeto Pena, membro da comissão política da UNITA e representante deste partido na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), afirmou que os congressos da UNITA se realizam de quatro em quatro anos, pelo

que o próximo se realizará apenas em 1994. "A convocação de congressos extraordinários é pedida ao presidente pela comissão política, sempre que haja um assunto importante a tratar. E este não é o caso", rematou.

Para este membro da direcção de Jonas Savimbi, "as preocupações do momento são a realização das eleições e a formação das Forças Armadas Angolanas".

PÚBLICO
17 JUNHO 1992

António Matos
em Luanda

Setenta "mortos e desaparecidos"

Na conferência de Imprensa, Tony da Costa Fernandes fez a leitura de uma lista de 70 nomes de pessoas "desaparecidas e

mortas" na Jamba, tendo falado em 30 cabindas cujo paradeiro desconhece: "Até à altura em que eu saí da Jamba essas pessoas estavam sãs e no activo, mas últimos contactos ou esforços empreendidos para as contactar foram infrutíferos", afirmou. Ainda segundo o antigo responsável da UNITA pelos Negócios Estrangeiros, também são dados como desaparecidos "os 15 elementos de uma facção da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), liderada por N'Zita Tiago, que se encontravam na Jamba.

Os dois generais, que sábado regressaram ao país, afirmaram ainda que "16 famílias correm sérios riscos de morte na Jamba", tendo lamentado "a passividade" com que o Governo angolano, a CCPM, os

observadores da ONU, da Rússia, dos Estados Unidos e de Portugal encaram "as violações dos direitos humanos na organização liderada por Jonas Savimbi".

O secretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, mostrou-se ontem "muito preocupado com os níveis exagerados que a propaganda hostil atingiu" entre o Governo e a UNITA, signatários dos Acordos de Paz de Bicesse: "O discurso utilizado pelos dois partidos não é normal e só pode servir para, reciprocamente, reduzirem a sua legitimidade". Cohen fez estas afirmações no final de uma visita de 48 horas a Angola, durante a qual se encontrou com José Eduardo dos Santos, Presidente da República, Jonas Savimbi, presidente da UNITA, os membros do Conselho Nacional Eleitoral, o cardeal de Luanda, Alexandre do Nascimento, e os diversos observadores internacionais da aplicação dos acordos.

Cohen adoptou, contudo, um tom optimista para se referir ao andamento do processo eleitoral, recusando-se a equacionar uma alternativa caso o registo eleitoral não atinja números satisfatórios: "Ainda é cedo para falar disso, embora eu ache que o registo vai ficar muito próximo dos 100 por cento".

Instado a comentar as declarações de N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, Herman Cohen afirmou que "regressaram para participar na campanha eleitoral" e que não conhece "os objectivos deles". "É propaganda", rematou. ■

Banco Mundial em Luanda...

O BANCO Mundial vai ter, a partir de Julho, uma representação em Luanda, informou o representante-residente da instituição na capital angolana, Florent Agueh. A abertura da representação, que havia sido solicitada pelo Governo de Angola em 1989, permitirá ao Banco Mundial apoiar de mais perto o processo de reconstrução, as reformas económicas, a reabilitação de infra-estruturas, os recursos humanos e as acções sociais. ■

... e brasileiros exploram diamantes

AS RESERVAS de diamantes situadas na bacia do rio Cuango, Angola, vão ser exploradas pela companhia brasileira Odebrecht Serviços no Exterior. O projecto, que deverá arrancar em breve e que foi negociado ao longo de vários meses, prevê que ao fim do terceiro ano de exploração a produção de diamantes atinja um milhão de quilates anuais, o que representa o dobro da produção actual. Ao fim do quarto ano de exploração está previsto que o total dos investimentos feitos seja da ordem dos 76 milhões de dólares (mais de 10 milhões de contos). ■

PÚBLICO SÁBADO, 20 JUNHO 1992

De balde, em Luanda

UMA CERVEJA — 650 escudos; uma tosta mista — um conto e quatrocentos; um prego — dois contos e dez; uma fatia de queijo da Serra — dois contos e cem; lavagem de um par de meias, de umas cuecas ou de um lenço — 420 escudos; uma chamada telefónica local — cento e três escudos. Sheraton de Nova Iorque? Ritz de Madrid? Não. Tivoli de Luanda, onde uma simples refeição dificilmente poderá ser tomada com menos do equivalente a sete contos no bolso (trocados no mercado paralelo — três vezes mais no câmbio oficial). "É demais", ouve-se nos corredores do hotel. Nem mesmo os mais escandalizados entre os clientes prescindem, porém, dos seus serviços: além dos produtos serem frescos, os quartos limpos e os elevadores funcionarem, no chuveiro... nunca deixa de correr água. Argumento de peso favorável à ESTA — empresa portuguesa com a concessão de vários empreendimentos de hotelaria em Angola —, uma cidade de onde alguns enviados especiais à visita papal partiram sem terem tomado um único banho de água corrente. ■

Português revela contrato para matar Savimbi

EXPRESSO, SÁBADO 20 DE JUNHO DE 1992

(Continuação de 1ª página)

O português, de 45 anos, diz que já trabalhara para o Ministério da Segurança angolano entre 1982 e 1987 (conservando ainda o seu cartão de funcionário, com o número 0728), e que fora recrutado através do tenente-coronel Vasco Lourenço, um «militar de Abril» que integrou o Grupo dos Nove. Contactado pelo EXPRESSO, Lourenço, que colaborou com Luanda em matéria militar, confirma o facto mas diz ter perdido o rasto a José Jorge.

Há poucos dias, o diário britânico «The Independent» revelou a existência de um alegado plano para matar Savimbi, o qual teria sido congelado por Luanda depois de conhecida a dissidência da UNITA ocorrida em fins de Fevereiro.

UM ESPECIALISTA em serviços de informações de nacionalidade portuguesa, que apenas permite ser identificado como José Jorge invocando razões de segurança (embora tenha fornecido a sua identidade completa a este jornal), afirmou ao EXPRESSO ter sido contratado por elementos da segurança do Estado angolano para participar num atentado contra a vida do líder oposicionista Jonas Savimbi.

José Jorge, que, segundo o EXPRESSO confirmou, trabalhou em informações para o Grupo dos Nove em 1975, era voado para Angola em Dezembro último, a convite de um ex-funcionário da segurança da embaixada angolana, que diz chamar-se Edgar. Depois de

alguns dias em Luanda, seria abordado por um coronel considerado dos principais colaboradores do Presidente José Eduardo dos Santos, tendo então recebido a proposta de participar no assassinio do líder da UNITA.

O português terá pedido então que o avião de Savimbi estacionado no aeroporto de Luanda fosse filmado 24 horas por dia, de modo a estudar uma falha de segurança que lhe permitisse colocar a bordo um engenho explosivo, programado para deflagrar em pleno voo. Porém, alegando ter desconfiado de que o MPLA mudara entretanto de ideias a seu respeito e o quis eliminar por razões que desconhece, José Jorge, cujo passaporte estaria retido pelos

anfitriões, foi à embaixada de Portugal em Luanda solicitar auxílio para regressar a Lisboa.

José Jorge exhibe um título de transporte com o número 10-92 que a embaixada lhe passou em 13 de Abril último, que lhe permitiu abandonar o país, em direcção a Portugal, um dia depois. Os serviços consulares da embaixada confirmaram este facto ao EXPRESSO, esclarecendo que um funcionário seu acompanhou José Jorge até ao avião, mas não adiantam razões para a sua saída.

As autoridades de Luanda desmentem todas estas informações, afirmando desconhecer José Jorge.

(Continua na última página)

“Plano para matar Savimbi”

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA 19 JUNHO 1992

Governo angolano prepara reacção

O GOVERNO angolano deverá reagir nos próximos dias às notícias veiculadas pela imprensa internacional sobre um alegado plano para desestabilizar Angola, que passaria pelo assassinato de estrangeiros e pela eliminação de personalidades políticas influentes, incluindo o presidente da UNITA, Jonas Savimbi. Entretanto, Governo e UNITA concordaram em baixar os níveis de propaganda hostil, respondendo ao apelo de Herman Cohen formulado terça-feira em Luanda.

Segundo o vice-ministro angolano das Relações Exteriores para a Cooperação, em declarações à agência angolana (Angop), o Governo poderá convocar os embaixadores dos países ocidentais acreditados em Luanda para pedir explicações sobre os alegados planos de atentados contra Jonas Savimbi, líder da UNITA, notícia veiculada pelo jornal «The Independent» e desenvolvida pelo PÚBLICO na sua edição de sábado passado. Johny Edward Pinnock falava em Lisboa, tendo

anunciado para breve a convocação formal do encontro pelo ministro das Relações Exteriores, Pedro Van-Dunen «Loy».

Governo e UNITA parecem, entretanto, ter chegado a um entendimento sobre a redução da propaganda hostil, a questão que mais preocupou Herman Cohen na sua recente visita a Angola. Segundo o secretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos, a propaganda hostil entre os dois signatários dos Acordos de Bicesse atingira «níveis preocupantes

nos últimos tempos», criando um «clima de tensão que poderia comprometer o bom andamento do processo eleitoral».

Na sequência deste aviso, representantes das duas partes reuniram-se na quarta-feira em N'Dalatando (ex-Salazar), província do Cuanza Norte, no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar, tendo-se comprometido a baixar o tom das acusações recíprocas, normalmente veiculadas pela «Vorgan» (Voz da Revolução do Galo Negro, rádio da UNITA) e pelo «Angola Combatente», programa da Rádio Popular de Angola dirigido aos combatentes das FAPLA (forças governamentais). ■

António Matos, em Luanda

TAP e TAAG suspendem actividades conjuntas

EXPRESSO, SÁBADO 20 DE JUNHO DE 1992

AS SUSPEITAS de um prejuízo avaliado em 6 milhões de dólares, até Outubro próximo, e a criação de uma empresa de «handling» em conjunto com a TAP estão a levar o Governo angolano a encarar a possibilidade de revisão e até a eventual suspensão da actividade conjunta entre a TAAG e a TAP.

A iniciativa de iniciar o novo serviço, segundo apurou o EXPRESSO em Luanda, terá sido tomada à margem do Governo e foi agravada com a aquisição de uma aeronave ATR-42, por 12 milhões de dólares, e a obtenção de um crédito de 6 milhões de dólares junto do Banco Português do Atlântico. As medidas adoptadas pelo conselho de administração da TAAG são tidas como «desrespeitadoras das normas que presidem à sua relação com o Ministério dos Transportes» angolano e vão «acentuar o fosso da divida interna angolana», segun-

do uma fonte ligada ao processo.

O conselho de administração da TAAG foi suspenso e neste momento está a ser feita uma avaliação da base legal e económica em que assentou a assinatura do acordo de intenção para a constituição da empresa de «handling». A situação explosiva que a transportadora aérea angolana atravessa começou a atingir o seu ponto de ruptura depois de um grupo de directores e responsáveis da empresa ter subscrito um documento no qual se mostrava apreensivo em relação à forma como a companhia estava a ser gerida. No referido documento, questionava-se também uma participação da TAAG, de 45 por cento, na empresa portuguesa Multidonal, em associação com a Arnauld.

Os subscritores do documento acusam a TAP de ter recusado penalizações proposta pela

TAAG de 750 dólares e 5 dólares, respectivamente, por cada passageiro e quilo de carga a mais. A cobrança à TAP, que mantém cinco voos por semana entre Lisboa e Luanda, contra três da TAAG, de apenas 25 por cento da tarifa média entre as duas companhias — segundo peritos angolanos — estava a corresponder a um diferencial de 397 dólares resultante do transporte desde o passado dia 1 de Maio de 50% a mais das quotas das tarifas estabelecidas.

«Decisão emocional e de eleitoralismo»

As carreiras da TAAG vêm registando, por outro lado, índices médios de ocupação inferior a 60 por cento e na rota de e para Harare e Maputo apuravam-se perdas para a companhia angolana no valor de 296 mil e 74 mil dólares, respectivamente.

Em reacção à decisão de suspender o conselho de administração da TAAG, o seu presidente, o antigo ministro do Plano, reafirmou ser da sua competência «a adopção de todas as medidas conducentes à reestruturação da empresa», considerando-a «emocional e de eleitoralismo». Por seu lado, alguns membros do suspenso conselho de administração atribuem a decisão governamental «à falta de cultura económica».

Uma fonte da TAP assegurou entretanto que, no âmbito da exploração conjunta, a transportadora portuguesa se dispunha a investir sete milhões de dólares em meios informáticos, transportes e equipamento diverso, para além de estar disposta a contribuir para as despesas relativas ao pessoal.

Gustavo Costa
em Luanda

Adelino Gomes
em Cabinda

O povo de Cabinda nem ouvir falar de autonomia quer. "Sem independência, nada", conta o bispo Paulino Madeca, segundo o qual Luanda deve "acelerar o diálogo" com a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) "para evitar o crescimento do ódio do cabinda em relação ao angolano". Se a Conferência Episcopal o autorizar, o prelado participa hoje, no Gabão, em mais uma tentativa de unidade entre as diferentes facções da FLEC.

Em Janeiro de 1975, ainda simples padre, subcreveu com outros quatro membros do clero autóctone um documento no qual sustentava que Cabinda tem direito "a escolher um caminho e uma história próprios, em conformidade com o direito dos povos à independência". Dezassete anos depois, já bispo da diocese onde nasceu, Paulino Fernandes Madeca, 64 anos, considera que a "solução viável" para o enclave consiste num referendo, mas receia que a situação se agrave caso o governo angolano espere pelas eleições de fins de Setembro, para resolver o problema. Se o povo se recensear, o MPLA e UNITA pretendem, "só se for por intimidação". Ele próprio só cumprirá essa "obrigação" depois de "examinar a consciência", revela. Não longe da sala modesta da residência episcopal, onde o bispo recebia o PÚBLICO, no final da semana passada, membros do Comité Nacional de Apoio à Independência de Cabinda (CNAIEC) — formado por personalidades do interior do território, algumas das quais com cargos na administração pública angolana — discutiam a agenda da reunião para a unidade, este sábado, no Gabão.

P. — O povo de Cabinda não gostou da homilia que João Paulo II aqui veio proferir [segunda-feira, dia 8 de Junho]. Como é que o senhor, na qualidade de bispo e de cabinda, aprecia as palavras do Papa?

R. — A homilia decepcionou, realmente, alguns sectores do povo de Cabinda. Esperavam outras coisas. O Papa não podia exprimir-se de outra maneira. Acho que há duas posi-

ções, na solução do caso de Cabinda: uma técnica e outra ética. Na técnica interfeririam os políticos, que haveriam determinar se a solução deveria ser alcançada através de uma independência, de uma autonomia. Isso não compete à Igreja. O que lhe compete é a solução ética: aquilo que o Santo Padre exprimiu durante a Santa eucaristia e que tem sido a doutrina da Igreja em casos similares: que não haja violência; que tudo se resolva através do diálogo. Mas quando realmente o Santo padre diz "sem violência, através do diálogo, no contexto angolano"...

P. — ... já está a tomar posição...

R. — ... isso é que então exacerbou o povo. Caiu um bocado mal. Mas qual seria a linguagem neste caso? Ele não podia dizer que se desse a independência a Cabinda [risos]. Mas enfim, o povo não achou bem.

P. — E exprimiu-lhe isso a si?

R. — Eu sei logo para Luanda. Mas pelos bastidores, vejo que o povo ficou ferido com este modo de se exprimir do Santo Padre. Entretanto o caso agravou-se. Há dias, um dos nossos colegas [bispo Zacarias Kamwenho, presidente da Comissão organizadora da visita do papa a Angola] afirmou [numa entrevista à Rádio Nacional], quase peremptoriamente, que Cabinda devia optar pela independência, mas pela autonomia. Ora, isto caiu mal, mesmo dentro da Conferência Episcopal.

P. — A convicção do senhor bispo é a de que o povo quer mesmo a independência?

R. — Acho que a solução viável seria um referendo. O povo não aceita que se fale de uma autonomia. Sem independência, nada.

P. — Os dirigentes angolanos têm dito que se deve para já fazer as eleições gerais, e depois se discutirá.

R. — Eu como bispo, aceito o pensar dos outros. Mas o povo duvida. E está resolvido a não ir às eleições.

P. — Alguns bispos, a nível nacional, vão tentar persuadir os fiéis a registarem-se. E aqui?

R. — É essa a resolução da Conferência episcopal, de que a Igreja de Cabinda faz parte. Agora, compete ao povo aceitar ou não aceitar.

P. — Já se recenseou?

R. — Ainda não.

P. — Mas vai fazê-lo?

R. — Estou a estudar. Vou examinar a minha consciência e

depois decidir. É uma obrigação, digamos assim.

P. — O que é que a Igreja pode fazer nesta situação?

R. — [pausa] O que é que a Igreja pode fazer? Ser Igreja, e cumprir a sua missão de Igreja, pregando a palavra de Deus. Mas está dificultada. Receio que, por exemplo, se eles se aborreceram com o discurso do Santo Padre, mais aborrecidos vão ficar com as declarações do meu colega D. Zacarias.

P. — A Igreja tem desempenhado, noutros processos, um papel de mediador. Os senhores vão fazê-lo aqui também?

R. — Alguns membros do Governo têm-me procurado, quando vêm a Cabinda. Mas como disse já, a solução tem de começar por um referendo popular. Os líderes das três facções da FLEC não se entendem, e o governo quer um interlocutor. Mas acho que deviam mesmo avançar — quando foi do Alvor, havia três movimentos também. Convidava-os, e quem viesse vinha. O povo está a sofrer muito. Privações de toda a ordem. Sobre tudo o Maiombe, em piores condições que o litoral. Não podemos continuar assim. É um crime. Não sei se é viável esperar pelas eleições. Os próprios soldados das FAPLA já

estão "cacimbados", como se diz aqui [risos] e fazem distúrbios. Há dias fui quase alvejado. Deram um tiro para o ar só porque eu estava a distribuir folhetos a propósito da visita do Papa. "Pensei que estava a distribuir propaganda da FLEC", respondeu-me o soldado.

P. — Toda a gente sabe que a riqueza de Cabinda desperta cobiça tanto das empresas petrolíferas como dos países vizinhos. Com a FLEC dividida, não acha que a solução independentista poderia ser aproveitada por eles?

R. — Se fosse realmente um país independente reconhecido pela ONU e pela OUA, a comunidade internacional não se calaria.

P. — Alguns dos dirigentes da guerrilha nem sequer falam português...

R. — Sabe porquê? Porque não houve escolarização em Cabinda. Quando comecei a estudar, numa missão, não fiz exames. Era ao Deus dará. Só os chamados filhos dos assimilados tinham acesso a uma instrução, digamos, formal. Muitos cabindas emigraram, e foi lá fora — no Zaire, no Congo, com acesso à Europa — que educaram os seus filhos. Cabindas, são, mas falam a língua dos países onde foram obrigados a viver. Devo dizer, no entanto, que já vamos tendo quadros cá dentro.

P. — Se pudesse dar um

conselho aos dirigentes angolanos, que lhes diria?

R. — Que acelerem o diálogo. Para evitar o crescimento do ódio que vai havendo, do cabinda em relação ao angolano.

P. — Acha que vai haver recenseamento cá?

R. — O povo diz que não aceita. Se o fizer, talvez seja por intimidação.

P. — Se até às eleições de Setembro não houver uma solução, pensa que a situação se agravará?

R. — Pode. A guerrilha vai-se estendendo. Estava circunscrita ao município do Buco Zau e a uma parte do município de Cabinda. Agora já se estendeu ao Miconge, a Belize, ao Ncutu, e aqui mesmo no município sede. Dentro da cidade tem havido distúrbios da FLEC; o queimar os autocarros do Malongo; são tudo coisas que no passado não podíamos conceber.

P. — Sabe quanto soldados estão estacionados em Cabinda?

R. — Diz-se que são 15 mil.

P. — E cubanos?

R. — É a voz do povo que haveria um restinho,

mas não o posso afirmar categoricamente.

P. — A população de Cabinda poderia aceitar um compromisso da UNITA e do MPLA de elaboração, depois das eleições, de um projecto de autonomia que previsse, a longo prazo, como solução hipotética, a independência?

R. — [pausa] Eu pessoalmente talvez aceitasse. Mas estou em crer que a maioria da população não aceitaria de bom grado. Mesmo o povo mais simples, e a juventude, estão mesmo, mesmo, mesmo...

P. — ... mas a FLEC tem poucos guerrilheiros, segundo se diz...

R. — São poucos, mas estão bem determinados... O senhor não conhece a floresta de Maiombe. E olhe: são tão poucos que a madeira deixou de circular para a cidade... [pausa] O que é que nós vamos fazer como Igreja? Vamos pedir ao Alto que vá sarar as mentes. Não há razão para ódios. Sofremos a mesma colonização. Hoje estamos cruzados: há cabindas que têm os seus familiares em Angola e angolanos com familiares aqui.

P. — O que é que Portugal pode fazer?

R. — [pausa] Houve no passado três tratados com Portugal em que os maiores destas terras se colocavam sob protecção. Julgo que Portugal tem uma palavra a dizer. ■

Democrática em alternativa

Gustavo Costa em LUANDA

A UNITA recusou a realização de um congresso extraordinário que abrisse caminho à transformação deste grupo num novo partido político, proposta para antes 30 de Junho pela «Tendência Reflexão Democrática» dinamizada por Tony da Costa Fernandes e Miguel Nzau Puna, apurou o EXPRESSO na capital angolana.

O lançamento de um partido adivinhava-se quando Tony e Puna se apresentaram esta semana à Imprensa com um esboço de logotipo da «UNITA-Democrática» em que eram reproduzidas as cores e insígnias do movimento de Jonas Savimbi.

Regressados a Angola esta semana, Tony da Costa Fernandes e Nzau Puna convidaram a UNITA para um debate aberto «com vista à sua democratização interna e adaptação da sua actual estrutura político-militar a uma estrutura essencial e exclusivamente política e civil».

A «UNITA-Democrática», tendência liderada por Paulo Chipilica, um intelectual umbundo da ala moderada, advoga uma filosofia humanista de inspiração cristã-democrata, a que, segundo alguns analistas, não são alheios os apoios, nem sempre discretos, que a Igreja Católica vem prestando aos dois dissidentes.

Tony da Costa Fernandes e Nzau Puna estão hospedados numa instituição eclesiástica e protegidos por um forte dispositivo de segurança. Influentes dirigentes do movimento de Jonas Savimbi declararam já, entretanto, ser «inadmissível a existência de tendências no seio da UNITA», ao mesmo tempo que não reconheciam «nenhuma legitimidade das propostas avançadas pelos dois dissidentes».

16 famílias em perigo

A denúncia feita esta semana por Tony da Costa Fernandes e Nzau Puna de uma alegada ameaça contra todos os membros de 16 famílias retidas na Jamba está, por outro lado, a criar um clima de mal-estar no seio da UNITA. A pouco menos de três meses das primeiras eleições em Angola, estas e outras revelações acabam por trazer de novo para o primeiro plano da política angolana a problemática dos direitos humanos, cuja violação após os acordos do Estoril está na razão directa da crise que se instalou no movimento de Savimbi. A enumeração de uma longa lista de pessoas dadas como mortas ou desaparecidas, durante a guerra e após a assinatura das tréguas, provocou um sentimento de choque e consternação entre a população civil.

Círculos pacifistas mostram-se indig-

nados após o rosário de acusações desfiado pelos dois dissidentes e aguardam com expectativa uma reacção oficial da cúpula dos rebeldes. O convite ao debate público feito a Savimbi pela «Tendência Democrática» corresponde, segundo alguns observadores, a um novo desafio e visa abordar «com clareza, frontalidade e desassombro a problemática dos direitos humanos» e criar condições para que seja instaurado, «após as eleições, um Estado de direito em Angola». Para alguns analistas, Jonas Savimbi parece estar com evidentes dificuldades de gerir este novo surto de contestação interna.

O líder rebelde está perante o desafio de ter de «separar a estrutura militar da estrutura política da UNITA, tornando aquela residual e esta predominante», e de «garantir a plena liberdade de circulação de pessoas e bens nas áreas estratégicas anteriormente controladas pelas FALA». Para a realização do congresso, a «Tendência Democrática» exigiu o reconhecimento expresso do direito de tendência, uma participação equitativa dos delegados e a reinserção imediata na UNITA de todos os militantes afastados no passado. Fontes próximas da ala radical fizeram já saber que estas propostas são «inviáveis no tempo e estão cobertas por um pano de fundo eleitoralista».

Um alto dirigente rebelde disse mesmo ao EXPRESSO que «esta jogada, estando inserida numa campanha orquestrada pelo MPLA, visa debilitar junto da opinião pública a imagem eleitoral de Jonas Savimbi de forma pouco hábil». Não deixam, no entanto, de ser sintomáticas as dores de cabeça que fazem remeter a UNITA a um rigoroso silêncio. «Koweitianos e prostitutas», é como são adjectivados em privado Tony da Costa Fernandes e Nzau Puna. Para os sectores mais fanáticos do movimento, os dois dissidentes «foram corrompidos pelo Governo do MPLA», mas a assunção pública do envolvimento de António Morais Ribeiro, residente em Portugal, como principal financiador e organizador da fuga de ambos a partir de Luanda, contando com apoios também em Genebra, parece contrariar essa tese. A origem cabinda de Tony da Costa Fernandes e Nzau Puna e os fortes interesses que as companhias petrolíferas ocidentais detêm no enclave levam, entretanto, vários observadores a aventar a hipótese do envolvimento indirecto daquelas na operação.

É convicção, todavia, em vários círculos da capital angolana, que o surgimento da «Reflexão Democrática», podendo abalar a imagem de Jonas Savimbi, «não vai afectar o seu eleitorado tradicional, embora possa despetar os mais adornados e receosos de represálias».

Luanda falha diálogo com FLEC

AO MESMO tempo que a Frente de Libertação do enclave de Cabinda (FLEC) ameaçava sabotar as eleições de Setembro próximo no território, o presidente angolano José Eduardo dos Santos falhava uma tentativa, em Libreville, capital do Gabão, para chegar ao diálogo com a guerrilha de Cabinda, limitando-se a um encontro de três horas com Alberto Raul, o organizador de uma reunião através da qual independentistas cabindas pretendem encontrar uma plataforma de unidade entre as três facções armadas que combatem a soberania de Angola naquele antigo protectorado português.

Uma fonte do protocolo da Presidência da República de Angola, em declarações ao correspondente em Luanda da agência espanhola EFE, falou em «frustração face aos objectivos pretendidos», que eram «conhecer as intenções da reunião» marcada, em princípio, para hoje, em Franceville, no Gabão, e tentar «que ela se realizasse em território angolano».

Ontem, a FLEC ameaçou em comunicado que mobilizará «todos os meios» para que as primeiras eleições multipartidárias de Angola, marcadas para 29 e 30 de Setembro próximos, «não se realizem em Cabinda», cujo povo «lutou sempre pela independência e não pela autonomia».

[O presidente angolano e enviados seus avistaram-se já com diversas tendências da FLEC, com quem Luanda pretenderia estabelecer «um acordo de solução temporária» até às eleições, depois do que aceitará discutir o estatuto do território, referem fontes políticas citadas pela agência Lusa.

Além das forças da guerrilha, e dos representantes das organizações que, no interior e no exterior do enclave, defendem a solução independentista, os organizadores do encontro de hoje, convidaram o bispo de Cabinda, Paulino Madeira, que, em declarações ao PÚBLICO (ver entrevista) se afirmou disposto a participar na reunião caso os seus «superiores hierárquicos» o autorizassem].

A guerrilha aumentou recentemente a sua actividade nas florestas do Maiombe — donde não sai nenhuma madeira desde há largos meses — e sobre instalações petrolíferas de Malongo — cujos técnicos circulam apenas de heli-

cóptero, no território —, assim como na capital deste enclave, que faz fronteira apenas com o Zaire e o Congo e é responsável por dois terços das exportações de petróleo de Angola. ■

António Matos, em Luanda

EXPRESSO, SÁBADO 20 DE JUNHO DE 1992
FLEC canta vitória

KINSHASA — O movimento independentista de Cabinda FLEC-FAC afirmou nesta semana em comunicado que matou 118 soldados governamentais angolanos e capturou grande quantidade de armas no ataque que efectuou a Necuto, no leste do enclave, no dia 6 deste mês. O movimento diz que divulgará em breve a identidade de todos os soldados mortos, com fotos, o mesmo sucedendo com os prisioneiros em seu poder.

EXPRESSO, Sábado, 20 Junho 1992

Norma forma angolanos

A NORMA está a realizar um programa de formação junto de uma vintena de directores-gerais e directores-adjuntos de empresas industriais angolanas. O programa, a decorrer no centro de formação da empresa em Lisboa, cobre temas como a estratégia empresarial, planeamento e controlo, análise financeira e gestão de recursos humanos. Com esta intervenção, a Norma aprofunda a sua colaboração com os meios económicos e industriais angolanos, na vertente do desenvolvimento e da qualificação dos recursos humanos locais. Neste contexto, a empresa tem vindo a participar no processo das privatizações através da realização da avaliação de diversas empresas cuja passagem para o sector privado está projectada para breve.

Bana em festa de despedida

SEXTA-FEIRA, 19 JUNHO 1982

PÚBLICO

O rei da morna regressa ao lar

Adriano Gonçalves, 59 anos, é um homem calmo e silencioso: "prefiro reservar", diz lentamente, quase num sopro, "gosto de ficar quieto no meu lugar". Passaria despercebido não fosse o corpo enorme e um rosto que em Cabo Verde toda a gente conhece. É o próprio rosto da morna — a música nacional do arquipélago crioulo — e tem um outro nome: Bana!

Nascido em São Vicente, Bana parece ter guardado poucas recordações da sua infância, igual à de tantos meninos cabo-verdianos: "Sou filho de família humilde, sem muita coisa para dizer. Quando era mais novo, trabalhava em casa. Depois uma pessoa vem crescendo, crescendo, e já tem de procurar a sua vida. Trabalhei quase em todas as companhias petrolíferas que havia em Cabo Verde, trabalhei como estivador."

Ao entardecer ou quando não tinha trabalho, Bana ia visitar B. Leza, genial compositor de mornas e nome que guarda hoje um sabor a lenda: "Foi com este senhor que aprendi a cantar. Eu ganhei o estilo dele. Ia muitas vezes visitá-lo e dormia lá em casa. Toda a gente passava pela casa do B. Leza, para o ver, porque ele veio de Lisboa paralítico. Estava numa cadeira de rodas mas ali compunha, fazia suas coisas."

A música enchia as ilhas. Tchufu, Léla Maninha e Marce-

lo, entre tantos outros, são nomes que Bana nunca mais esqueceu: "Eu andava sempre atrás deles, quando faziam paródia para cantar eu estava sempre atrás deles. Tocavam nas barbearias; tocavam ali porque tinham amigos que eram barbeiros, tinham as suas barbearias, e eles juntavam-se ali e tocavam. As pessoas amontoavam na porta a ouvir."

"Lua Lumia-me Caminho", "Bó é Linda ó Bininha", ou "Eternidade" eram as mornas que então se cantavam. E havia também o fado: "Eu gosto muito de fado, em São Vicente eu tinha uma prima que tocava guitarra portuguesa, outra que tocava violão e muitas vezes estávamos sentados à porta, ao desamparinho [entardecer], e eu cantava fado". Fado e morna são de resto parentes próximos, coisa que Bana faz questão de referir: "Na Holanda ia muita gente ouvir-me, em França também. Mas os portugueses são, depois dos cabo-verdianos, quem melhor compreende a morna. Há muitos portugueses que vieram de Cabo Verde, outros que lá vão fazer férias e trazem com eles a recordação da morna. Além disso, a morna é muito parecida com o fado, a diferença é que a morna dança-se e o fado não."

Entre o fado, a morna e a estiva, a vida de Bana decorreu sem sobressaltos até 1959. Nesse ano chegou a São Vicente o Orfeão de Coimbra, onde

estavam Manuel Alegre e Fernando Assis Pacheco; Bana tem para com os dois antigos orfeonistas uma especial dívida de gratidão: "Eles ouviram toda a gente cantar e a mim também. E gostaram de me ouvir e nunca mais me largaram, e foram eles de facto que me deram um empurrão e a coragem para sair para fora."

Um disco para Bana

Naquele tempo, o Senegal era para muitos cabo-verdianos o princípio do mundo e foi ali que Bana gravou o seu primeiro disco: "Estive um tempo a procurar meter-me dentro do ritmo do país, uma terra estranha, com língua diferente. Fiquei um ano e tal, dois anos, em Senegal, como gerente de uma 'boite'." A 'boite' chamava-se Le Sallou, e com Bana estava um outro cabo-verdiano, Luís Morais, um fabuloso saxofonista que haveria de acompanhar o cantor em muitas aventuras musicais. O disco chamou-se simplesmente "Bana". Depois desse vieram muitos outros; tantos que o Rei da Morna já não é capaz de precisar: "LPs devem ser uns 36 ou 37 e singles são mais de vinte."

Paris foi a segunda paragem de Bana: "Dali segui para a Holanda, e foi então, verdadeiramente, que comecei esta minha vida — gravações, espectáculos, viagens para todo o lado."

Em Lisboa abre uma casa de venda de discos e depois o restaurante-'boite' Monte Cara, que é, ainda hoje, uma espécie de embaixada cultural de Cabo Verde. E neste espaço, onde se vive o calor das ilhas, que Bana continua a cantar: "Eu gosto imenso de cantar mornas! Eu gostava até de não precisar de cantar para ganhar a vida e então ia cantar só pelo prazer de cantar; para não ser obrigado a esperar uma hora certa para cantar."

O regresso de Bana a Cabo Verde, anunciado terça-feira à noite, em conferência de imprensa, não implica no entanto um corte com Portugal: "Eu não volto para Cabo Verde para dar costas a Portugal. Este país também é o meu. Nunca eu tive aqui dissabor com ninguém, sempre respeitei a todos, e todos me respeitaram também. De resto, a minha família fica cá, de maneira que continuo preso a Portugal."

Em Cabo Verde, Bana vai tentar ajudar as crianças pobres, "apoia-las dentro das minhas possibilidades". Mas não tem planos concretos: "Vou talvez fazer um snack-bar, uma coisinha pequenina, uma coisinha só para divertir-me, para estar com os amigos." Entretanto prepara um novo trabalho: "Um disco de músicas que eu gosto de cantar. Estou a trabalhar nele com o Paulino [Vieira]. É um disco que eu quero oferecer ao Bana!" ■

PRIMO 27 Junho 1982

PR de Cabo Verde em Lisboa

O PRESIDENTE de Cabo Verde chegou, ontem, a Lisboa para uma curta visita privada de pouco mais de 12 horas, tendo sido recebido por Mário Soares, António Mascarenhas Monteiro, presidente de Paris, participou em Lisboa, como membro da comissão de honra, no jantar de gala de homenagem ao cantor cabo-verdiano, Bana, que há 50 anos divulga a música tradicional do seu país. Bana foi agraciado pelo Presidente Mário Soares com o grau de oficial da Ordem de Mérito. Em Paris, Mascarenhas Monteiro reuniu-se no sábado com representantes de diferentes associações cabo-verdianas em França. Neste país, segundo estimativas oficiais, residem cerca de 40 mil cabo-verdianos na sua maioria em situação-irregular. Antes, o Presidente de Cabo Verde participou no Parlamento Europeu numa conferência sobre direitos humanos.

'Mãe-Pátria deve ter mais garra'

Jorge Heitor

O Presidente da República da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, "Nino", presentemente em Lisboa, refuta críticas de a abertura guineense ao pluralismo se estar a arrastar. Num entrevista com o PÚBLICO, teve palavras de simpatia para o antigo primeiro-ministro Vitor Saúde Maria e para o líder do Movimento Bafatá, recordou as antigas acusações de traição feitas pelo PAIGC a Rafael Barbosa (que se teria deixado seduzir pelo governador António de Spínola) e citou o líder da UNITA como "Presidente Savimbi".

Noutros pontos da entrevista, o Chefe de Estado guineense, que está de regresso da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, apostou na realização de eleições multipartidárias no fim deste ano, abriu as portas ao livre regresso do seu antecessor, Luís Cabral, por ele derrubado em 1980, e defendeu uma maior iniciativa de Portugal em prol de uma Comunidade Lusófona.

PÚBLICO — A oposição afirmou durante muito tempo que a passagem da Guiné-Bissau para um regime multipartidário se apresentava demasiado lenta, demorando mais de um ano. E alegou por diversas vezes que o PAIGC não estava a ser consequente na abertura.

JOÃO BERNARDO VIEIRA — É como no campeonato de futebol. O Benfica e o Sporting, no início da época, querem mostrar sempre que têm melhor equipa ou que poderiam fazer melhor. Não é nada fácil fazer tudo de uma vez. Só o que podemos dizer é que estamos bastante avançados no processo de abertura na Guiné-Bissau, até porque o nosso Congresso Ordinário foi no ano passado e aboliu o artigo quatro (da Constituição), criando a possibilidade de formação de partidos políticos. A oposição não pode dizer que o processo é moroso, até porque se já estão seis partidos legalizados o processo não é moroso como estão a dizer. Avançamos já bastante. Algumas das coisas que neste momento podem estar com um certo atraso não dependem só de nós; também dependem da ajuda da comunidade internacional. Caso concreto do recenseamento eleitoral e do processo de identificação civil dos cidadãos. Recorremos a Portugal. Há bem pouco tempo esteve lá o secretário de Estado da Justiça, se não me engano, a fazer um balanço da situação. Foi criada uma comissão técnica, que não podemos forçar para fazer um traba-

lho puramente técnico, para fazer a revisão da Constituição, Lei Eleitoral, Lei da Greve, Lei da Nacionalidade. Todas essas leis... não é nada fácil.

P. — Efectuar as eleições antes do fim deste ano deve ser bastante difícil.

R. — Não é nada difícil. Se conseguirmos fazer já o recenseamento eleitoral. Num mês ou 45 dias pode-se fazer. Os meios de transporte para as ilhas é que vão dificultar um bocadinho.

P. — Entre Governo e Oposição têm de acertar ainda se efectuam primeiro as presidenciais ou as legislativas, ou se as realizam em simultâneo. Esse é um dos pontos de divergência.

R. — Não é divergência nenhuma. Foi uma proposta. O Governo que está no Poder é que tem de fazer as propostas, de ter a iniciativa. Eles podem não estar de acordo mas é uma proposta. Se o Governo estivesse calado, como é que podia ser?

P. — Estão ainda em fase de negociação?

R. — Para acertar a coisa, se é as presidenciais primeiro, se é as legislativas, se é em simultâneo.

P. — Quando é que isso poderá ficar definido?

R. — Vamos acertar após o meu regresso. E ver também o problema da Comissão Eleitoral, porque só um ou dois é que responderam, fizeram sugestões. Os outros não responderam, não fizeram sugestões. Não é agora uma mesa redonda, para cada um dar a sua opinião; isso vamos passar tempos e tempos a discutir.

"Jogo de crianças"

P. — A chamada Conferência Nacional.

R. — Isso é jogo de crianças. Não se pode pensar numa Conferência Nacional com gente que ainda não sabemos se são guineenses ou não, porque muitos têm nacionalidade portuguesa.

P. — Há pouco tempo os partidos da Oposição ainda se queixavam de que não tinham liberdade de acesso aos meios de Comunicação Social.

R. — Todos os partidos legalizados têm o direito de utilizar 30 minutos semanais na rádio e 10 na televisão. Estão em pé de igualdade com o PAIGC. Todos têm de pagar para fazer os seus programas. Ouve até debate de todos os partidos na televisão.

P. — Figuras da Oposição dizem normalmente que há muita corrupção na Guiné-Bissau.

R. — Quem é que prova isso? Corrupção como? A Oposição diz tudo o que lhe dá na gana. Pode dizer que há corrupção, como pode dizer que há crimes políticos.

P. — Alguns dos líderes da Oposição afirmam que se vive pior hoje na Guiné-Bissau do que há 20 anos.

R. — Eu só quero dizer que quem lá for é que poderá constatar. O povo poderá testemunhar. O problema que há é que o programa com o Banco Mundial tem as suas leis, dá mais facilidades ao indivíduo do campo do que ao agente da Função Pública. Há uma restrição das despesas e os salários são na base do Orçamento fixado de acordo com o Banco Mundial.

P. — Os salários estão muito baixos, em relação aos preços.

R. — O mercado é livre, cada produtor põe o preço do seu produto. É esse o problema. Em qualquer país africano há essa situação. Não se pode fazer milagres de um dia para o outro.

P. — O facto de o PAIGC ter conquistado a Independência ainda tem força na sociedade guineense ou a população hoje em dia preocupa-se mais com outros problemas?

R. — É uma coisa histórica, como a batalha de Aljubarrota ou de Alcácer Quibir. Portugal nunca vai esquecer isso.

P. — Vai ser fácil ao PAIGC ganhar as eleições?

R. — Não digo que vai ser fácil. Como disse o presidente Savimbi, as urnas é que contam.

P. — Será mais fácil ao PAIGC ganhar as legislativas ou ao Presidente ser reeleito?

R. — Tudo depende da decisão do povo guineense.

P. — No caso de não haver um claro vencedor, ou uma maioria absoluta, encara a hipótese de um Governo de coligação entre o PAIGC e outros partidos?

Majoria absoluta é fundamental

R. — De acordo com a lei é possível, só que o país vai ser ingovernável. Portugal deu provas disso. Para as condições económicas do país, é fundamental que o PAIGC ou qualquer outro partido tenha a maioria absoluta.

P. — Se o PAIGC perdesse as eleições, o senhor Presidente chefia a oposição?

R. — Não sei se serei candidato do PAIGC ou se serei candidato livre, tudo depende ainda do meu partido.

P. — Não há hipótese de se mudar o nome do partido, que ainda tem uma referência a Cabo Verde?

R. — No Senegal há uma região que é Cabo Verde. Não há nenhuma alteração e penso que isso vai continuar por muito tempo.

P. — Com a prática pluralista a Guiné-Bissau terá maiores possibilidades de vencer o subdesenvolvimento?

R. — Não penso que o pluralismo é que vai permitir o desenvolvimento económico do país. Não é com discursos bonitos que se desenvolve o país; é com trabalho e ajudas.

P. — Tem deparado com dificuldades na obtenção de ajudas externas?

R. — Uma das exigências do Banco Mundial é recolher todos os créditos dados.

P. — Que pensa de Rafael Barbosa, um dos líderes da Oposição?

R. — Foi condenado por traição. Não vejo que possa estar à testa de um partido a tentar defender esse mesmo povo que tinha traído. O povo é que poderá fazer um juízo dele.

P. — Que opinião tem do antigo primeiro-ministro Vitor Saúde Maria?

R. — Não tenho opinião do Vitor, pelo contrário. É um cidadão normal, como todos. Está a fazer a sua campanha. E se vier a ganhar as eleições penso que o objectivo dele é construir o país.

P. — Que impressão tem de Domingos Fernandes Gomes (líder do Movimento Bafatá)?

R. — Temos boas impressões dele, é aberto ao diálogo.

P. — Admite a hipótese de o antigo Presidente Luís Cabral regressar à Guiné-Bissau e voltar a ter alguma actividade política no país?

R. — Por que não?

P. — Futuro das relações com Portugal.

R. — Nós ou outros no poder, a primeira coisa é ter boas relações com Portugal. Queremos uma Comunidade Lusófona. Fomos os instigadores do processo. Sempre defendi essa causa. Tomei parte na cimeira de São Luís do Maranhão. Há boa vontade dos Cinco, só que a Mãe-Pátria é que deve ter mais iniciativa, mais garra. ■

Conversações directas entre a ONU e a Renamo

LUIZ VASCONCELOS

Teresa Lima,
em Maputo

Enquanto em Roma se iniciam hoje as discussões relativas ao cessar-fogo e questões militares, em Moçambique registam-se negociações "paralelas", com um objectivo urgente: evitar que três milhões de pessoas morram de fome, por impedimento da passagem da ajuda alimentar de emergência.

Responsável pela representação da ONU em Moçambique, Peter Simkin, admitiu que dois altos funcionários da organização se encontraram recentemente com Afonso Dlakhama, presidente da Renamo, numa tentativa de chegar a um acordo para a passagem da ajuda alimentar no território moçambicano.

Em declarações difundidas quarta-feira pela agência oficial AIM, Simkin recusou revelar a data e local do encontro, mas precisou que a delegação da ONU compreendia dois delegados do Programa Alimentar Mundial (PAM) e um da UNICEF. O encontro teria sido um fiasco, pois Dlakhama teria negado a garantia de livre acesso dos transportes às áreas atingidas pela seca e pela fome. "Não obtivemos nenhuma promessa, mas a porta

não ficou fechada", disse Simkin.

A Renamo, que faz da paralização dos transportes e comunicações um dos seus principais objectivos militares, teria exigido que o auxílio alimentar destinado às áreas que controla fosse aerotransportado, argumentando que a abertura de passagens terrestres permitiria ao Exército governamental "tirar partido da situação". Mas, para doadores, este é o meio mais difícil e dispendioso.

O peso da fome

Segundo dados das Nações Unidas e de Maputo, mais de três milhões de moçambicanos, vítimas da guerra e da seca que des-

truiu as culturas no sul e centro do país, correm o risco de morrer no prazo dum ano se não for possível canalizar auxílio alimentar de emergência.

"Se não chegarmos a algo de concreto (nesta ronda negocial de Roma) vamos ter uma escalada militar. A Renamo não tem comida e vai atacar as cidades para roubar comida. Isso seria fim do processo de paz".

Quem assim fala é o embaixador italiano, em Maputo, Manfredo Di Camerana, presidente da Comissão de verificação (COMIVE) em entrevista ao MediaFax, uma nova publicação diária independente moçambicana.

A declaração foi feita, ainda no mês passado, quando se punham grandes expectativas na 11ª ronda de conversações, uma vez que Afonso

Dlakhama tinha garantido a Manfredo Di Camerana, num encontro em Maringwé, na Gorongosa, que desta vez a agenda se centraria nas tão ansiadas questões militares.

A seca, último flagelo a agravar a já dramática situação de fome e miséria em Moçambique é vista e, paradoxalmente, como uma provável oportunidade de saída para o impasse que as negociações de Roma têm vindo a alimentar desde o seu início, há dois anos.

Um "lobby português"?

Em Maputo, fala-se insistentemente na existência dum "lobby português" que pressionaria a Renamo a exigir prioridade para a revisão da actual constituição moçambicana, em detrimento das questões militares. Segundo o embaixador italiano, as pressões dessa "componente portuguesa" para a devolução das suas casas, terras e outras propriedades que detinham em Moçambique colonial poderá ser uma das razões das exigências para uma revisão constitucional.

"A Renamo não pode dizer isso porque seria contra a opinião pública (dar a ideia) de que os portugueses vão regressar. Politicamente não é bom agora; talvez depois. Assim, a Renamo não pode colocar oficialmente este problema e vai adiando", sublinha Di Camerana.

Esta questão permaneceu ambigua quando da assinatura do terceiro protocolo, em Roma, no início de Março, nomeadamente no ponto que alude ao estatuto de "refugiado moçambicano". No referido protocolo pode

ler-se que "aos refugiados e deslocados moçambicanos será garantida a reintegração na posse dos bens que sejam da sua propriedade, ainda existentes, assim como o direito de os reivindicar por via legal a quem os detiver".

Ora em Moçambique, os refugiados ou deslocados são o extracto da população mais carente, senão o mais miserável, pois a sua condição teve como origem a fuga à guerra, na maioria dos casos, depois de dramáticas fugas dentro ou fora das fronteiras moçambicanas, deixando para trás aldeias queimadas ou saqueadas e todos os haveres. Quem são pois esses "refugiados" com bens ou propriedades a reclamar de que fala o protocolo número três?

Dai que observadores em Maputo opinem que quando a Renamo fala de "refugiados" está a afalar em nome daqueles que saíram de Moçambique nos primeiros anos de independência e que — não é segredo para ninguém — têm vindo a tentar, e agora com mais insistência e até por vias legais, recuperar os seus anteriores pecúlios.

Em debates públicos por todo o país, moçambicanos de várias camadas sociais questionam o direito das duas delegações, tanto da Renamo como a do Governo, discutirem em Roma a lei fundamental do país — que, em termos de democracia, deveria ser debatida e aprovada pela população e suas instituições legais, como a Assembleia da República. ■

A "guerra" da agenda

AS NEGOCIAÇÕES de paz para Moçambique aproximam-se finalmente de um momento decisivo: ainda esta semana deverá realizar-se a primeira sessão plenária da 11ª ronda de conversações, se os medianeiros conseguirem resolver o impasse sobre as prioridades da agenda de trabalhos.

Após uma série de contactos bilaterais com as duas delegações moçambicanas, os medianeiros da comunidade católica italiana de Santo Egídio apresentaram ontem uma nova sugestão para superar o impasse entre o Governo e a Renamo. Trata-se de uma proposta para discutir todos os pontos da agenda desta ronda globalmente.

A ideia surge como a única

alternativa viável neste complexo processo de paz, já que os obstáculos para a primeira sessão plenária desta ronda se concentram basicamente na diferença de prioridades que cada delegação atribui aos pontos em agenda. No final da tarde de ontem, após um dia inteiro de consultas informais com os medianeiros, o chefe da delegação da Renamo, general Raul Domingos, disse que considera a proposta "possível". Até ao início da noite, o chefe da delegação governamental, o ministro dos Transportes, Armando Guebuza, ainda não havia comunicado uma posição oficial sobre o assunto.

A proposta inicial para a agenda desta 11ª ronda dá prioridade à discussão das questões

militares, prevendo em seguida a discussão de um acordo de cessar-fogo e, finalmente, como terceiro ponto, as garantias para a aplicação prática do processo de paz. Diante das divergências entre as partes, os medianeiros passaram a trabalhar sobre as alternativas viáveis para desbloquear a situação.

Enquanto os interlocutores do Governo moçambicano não se mostravam dispostos a tratar aqui em Roma das futuras questões constitucionais, a Renamo pretendia discutir estas questões com prioridade, de modo a garantir um futuro completamente "liberto do Governo da Frelimo". No início desta semana os medianeiros falavam em alterar a ordem dos

pontos da agenda, incluindo os pontos constituintes em seguida aos militares.

No entanto, o impasse continuaria: a Renamo aceitaria a proposta apenas se as questões relativas à Constituição fossem necessariamente tratadas antes de um acordo de cessar-fogo. Pela sua parte, o Governo aceitaria a discussão constitucional como último ponto a ser discutido juntamente com as garantias para a aplicação prática do processo de paz.

A proposta que deverá ser formalizada esta semana não prevê a prioridade de nenhum dos pontos, mas sim a discussão de uma agenda global e a assinatura de actas específicas para cada assunto, ao invés de proto-

colos únicos, como tem sido feito até agora. De acordo com os medianeiros, existe muita disponibilidade das partes para formalizar essa ideia.

Embora as partes ainda não tenham confirmado, tudo indica que antes do próximo fim-de-semana a primeira sessão plenária já contará também com a participação dos observadores portugueses e norte-americanos.

Durante esta semana as delegações de Portugal e dos Estados Unidos mantiveram os primeiros contactos informais com os interlocutores moçambicanos, principalmente para discutir os aspectos militares. Reina um certo optimismo quanto à presença das delegações militares que facilitarão uma compreensão "mais técnica" da situação.

No fim desta semana o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, deverá visitar a Nigéria. Ainda não está confirmada a sua vinda à Europa. ■

Vera Gonçalves, em Roma

Teatro de Moçambique

O GRUPO de teatro moçambicano *Alados Naturais*, já conhecido em Portugal pela sua presença em anteriores edições do Festival, volta neste ano a ser apresentado no Porto e a ser novamente considerado um caso de excepção na actual produção de teatro nos PALOS.

Tendo passado discretamente por Lisboa, o grupo apresenta a sua última criação, *Alados Naturais*, uma única vez, no Teatro da Malaposta. O público, que espere a sua, pode assistir a um espectáculo cujo êxito radica em dois elementos fundamentais: o trabalho dramaturgico e o elevado nível do elenco.

Alados Naturais, encenado por *Samuel Mankel*, é o resultado de uma dramaturgia feita a partir do texto de *Mia Couto* — *As Medalhas Trocadas*. A capacidade de classe e de dramaticidade exposta em cada um dos seus episódios que constituem a saga do anti-herói, o *Zeca Tomé*, o guardador de cajueiros, assim como os elaborados jogos de semântica e de estímulos reforçam a

ideia da existência, neste grupo, de uma escola dramaturgica própria e inovadora.

Instalado-se nesta dramaturgia e encenando-a com uma mestria ímpar, os actores de *Alados Naturais* são inenunciáveis pelo seu virtuosismo, pelo seu humor e pela sua plasticidade corporal e vocal. Há cenas que são de metalinguagem, como aquelas que caricaturizam as certidões de colocação de medalhas, primeiro prós portugueses e depois prós belgas.

Nesta altura em que Portugal se esquece cada vez mais dos seus mitos culturais africanos e da sua cultura moçambicana, a visita de um espectáculo como *Alados Naturais* vem confirmar, entre outras coisas, a enorme perda que resulta deste esquecimento.

A.P.N.

Negociações moçambicanas em Roma Acordo sobre a agenda

DURANTE a primeira sessão plenária da 11ª ronda de negociações para a paz em Moçambique, as delegações do Governo e da Renamo chegaram a um acordo comum quanto à agenda a ser discutida nos próximos dias, desbloqueando assim o impasse que ameaçava esta ronda. As discussões deverão ser hoje abertas oficialmente com a participação de observadores de quatro países — Portugal, Estados Unidos e Inglaterra —, além da Itália, já que ontem à tarde as representações moçambicanas aceitaram a nova proposta elaborada pelos medianeiros. Segundo o acordo, o primeiro ponto da agenda desta ronda continua a ser o das questões militares.

Os pontos relativos à Constituição, que representavam o grande obstáculo para o avanço das negociações, deverão ser discutidos juntamente com as garantias para a aplicação das medidas de paz. Na prática, isto significa que a Renamo, até então reticente quanto às questões constitucionais, aceitará a discussão das questões militares e do cessar-fogo. Desta maneira, as delegações comprometem-se a iniciar ainda nesta semana, provavelmente hoje, os encontros oficiais com a participação dos observadores estrangeiros, que já iniciaram contactos informais com as representações militares moçambicanas. ■

Vera Gonçalves, em Roma

Moçambique à beira da paz

EXPRESSO, SÁBADO 20 DE JUNHO DE 1992

Daniel Ribeiro
em PARIS

O GOVERNO moçambicano e a Renamo concordaram finalmente, ontem, em Roma, com as modificações da agenda de conversações, propostas pela mediação italiana. O acordo agora alcançado poderá levar à assinatura de um cessar-fogo ainda este Verão.

A Renamo continua porém a insistir na necessidade de serem suspensos 12 artigos da Constituição moçambicana, como condição para vir a assinar o cessar-fogo.

Em declarações ao EXPRESSO, por via telefónica a partir de Nairobi, Afonso Dhlakama salientou: «A suspensão de certos artigos da Constituição é essencial e faz parte das garantias que pedimos antes

de assinar um cessar-fogo; a mediação propôs agora que o ponto das garantias figurasse antes da questão do cessar-fogo e a seguir às questões militares; estamos de acordo, e, se nos forem dadas as garantias de liberdade que pedimos, é possível assinar o cessar-fogo mesmo antes do fim do mês.»

Dhlakama declarou-se, por outro lado, aberto a um com-

promisso sobre a extensão da Administração Central moçambicana às zonas controladas pela Renamo, logo a seguir à assinatura de um cessar-fogo. Por fim, não confirmou ter programada para breve uma viagem por alguns países africanos e europeus, mas não excluiu essa possibilidade, declarando: «A Renamo necessita de sair do isolamento internacional em que se encontra».

África do Sul Massacre num bairro de lata

ADEPTOS do partido zulu Inkhata da África do Sul lançaram, na noite de quarta-feira para ontem, um ataque contra um bairro de lata na região de Joanesburgo, matando pelo menos 35 e ferindo 11 dos seus habitantes, segundo o balanço provisório da Polícia.

As vítimas, que, segundo o Congresso Nacional Africano (ANC) ascendem a mais de 50, no bairro de Boipatong, a 60 quilómetros de Joanesburgo, são sobretudo mulheres e crianças revelou a Polícia.

Segundo testemunhos de sobreviventes, tudo começou quando cerca de 200 homens, armados

com facas, machados e armas de fogo, saíram de uma residência para trabalhadores imigrantes e se lançaram sobre o bairro de lata, provocando o massacre mais sangrento dos últimos dois anos, no país. Tratava-se, segundo as testemunhas, de simpatizantes do Inkhata, embora houvesse quem afirmasse ter visto viaturas da polícia entre os agressores.

O secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, com base nestes testemunhos, acusou o Governo de Frederick De Klerk de cumplicidade no massacre. "Os relatos sobre o envolvimento da polícia são consistentes e foram feitos

calmamente por testemunhas", afirmou. "De Klerk está a fazer o povo pagar pela sua participação no grande protesto."

Terça-feira, o ANC convocou uma campanha de protesto contra o Governo, que contou com significativo apoio popular. O Inkhata manifestara-se contra essa campanha.

O ANC tem acusado por várias vezes o Governo de aliar as forças de segurança com o Inkhata, provocando a violência, para neutralizar o movimento de protesto. De Klerk rejeita estas acusações, alegando que é a rivalidade entre o ANC e o partido zulu a causa dos confrontos violentos.

Tanto a polícia como o Inkhata já negaram ontem ter tido qualquer participação no massacre de Boipatong. ■

De Klerk expulso de Boipatong: 'Vai-te embora assassino!'

UMA MULTIDÃO em fúria obrigou ontem o Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, a abandonar precipitadamente o "ghetto" negro de Boipatong, onde na noite de quarta-feira 39 pessoas morreram vítimas de um massacre.

"Disparem, disparem", gritavam as pessoas, enquanto polícias em pânico agitavam no ar as suas pistolas automáticas, para impedir grupos de jovens de atingir as portas e o tejadilho do carro de De Klerk. "Vai-te embora assassino", gritavam os habitantes do "ghetto", enquanto o Presidente olhava aterrizado para o exterior do seu BMW cinzento. A visita, que durou dez minutos, destinava-se a ser uma demonstração de solidariedade e compaixão para com as famílias dos mortos. No final havia mais uma vítima mortal: um homem atingido pelas balas da polícia.

Já em segurança, o Presidente afirmou que a manifestação de protesto a que tinha acabado de assistir não fora espontânea e admitiu a possibilidade de voltar a impor o estado de emergência, levantado em meados de

1990, numa das primeiras medidas com vista ao desmantelamento do "apartheid".

O Congresso Nacional Africano (ANC) de Nelson Mandela e os líderes religiosos atribuíram ao Governo a responsabilidade pelo massacre, o pior desde que De Klerk legalizou os movimentos políticos negros, em Fevereiro de 1990. Segundo o ANC, as autoridades brancas sul-africanas não tornaram as medidas necessárias para pôr termo à violência nos "ghettos" negros. Segundo os habitantes de Boipatong, o massacre foi obra de simpatizantes do movimento zulu Inkhata.

O movimento de Mandela considera que o Governo está a fazer tudo para impedir a campanha de acções de massas iniciada a semana passada pelo ANC e que se destina a obrigar esse mesmo Executivo a demitir-se. O ANC, que pediu para que Boipatong fosse declarado "área de catástrofe nacional", afirmava num comunicado: "De Klerk tentará ir a Boipatong [...] Não é bemvindo. Queremos acções, não as lágrimas de crocodilo de De Klerk". ■

África do Sul Mandela suspende negociações com o Governo

O PRESIDENTE do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, anunciou ontem que pedira ao seu movimento para "suspender" todas as discussões bilaterais com o Governo sul-africano sobre o futuro do país, na sequência do massacre de Boipatong.

Mandela disse ainda que a direcção do ANC decidirá na terça-feira, numa reunião convocada de emergência, as "opções" possíveis em relação à continuação do processo de negociações constitucionais. "à luz do que aconteceu".

"Já não consigo explicar ao

nosso povo porque é que continuamos a discutir com um Governo que o assassina", declarou o dirigente negro em Evaton, perto de Boipatong, a cidade negra a Sul de Joanesburgo, onde 39 pessoas foram mortas na noite da passada quarta-feira. "Estamos agora convencidos de que o método do Presidente Frederik de Klerk para encontrar soluções para os problemas deste país é a guerra. Nós vamos responder-lhe", afirmou, perante cerca de duas mil pessoas que gritavam: "Queremos espingardas".

Depois do falhanço, em meados de Maio, da reunião

plenária da Codesa (Convenção para uma África do Sul Democrática), o fórum de negociações entre o Governo da minoria branca e 18 organizações políticas, o ANC tivera três encontros bilaterais com o Governo. Segundo o movimento, estes encontros não contribuíram em nada para fazer avançar as discussões sobre o futuro constitucional do país. Uma nova ronda de conversações estava prevista para a próxima terça-feira, mas foi anulado pelo anúncio feito ontem por Mandela.

O massacre de Boipatong e a humilhação do Presidente De

Klerk na sua desastrada visita ao "ghetto" ameaçam cavar um fosso entre Mandela e De Klerk, fazendo temer o próprio colapso de todo o processo negocial. Um editorial da edição de ontem do "Sunday Times" de Joanesburgo qualificava-o como o pior acontecimento da era das reformas e estabelecia um paralelo com a Jugoslávia: à saída da fase "totalitária", surgem "forças centrífugas incontroláveis que põe o futuro à mercê do equivalente dos irregulares sérvios". Um comentador liberal, Ken Owen, escreveu que Boipatong marcava o fim da "eufórica ilusão de que o ódio espalhado por três séculos de guerra podia ser eliminado... com bom senso e boa vontade".

Por outro lado, sublinham os analistas, cresce a desconfiança nas fileiras do ANC, sendo cada vez mais os que pensam que a comunidade branca não tenciona de facto ceder o poder a um governo democraticamente eleito. ■

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 22 JUNHO 1992

Mandela desencoraja luta armada

O PRESIDENTE do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, apelou ontem aos seus adeptos, num comício de 30 mil pessoas no Soweto, para não retomarem a guerrilha nem levarem a violência política para as áreas brancas.

No início da jornada de protesto antigovernamental lançada ontem pelo ANC, Mandela afirmou que o seu movimento está a ser pressionado para voltar à luta armada. "Seria trágico se a violência alastrasse para as áreas brancas. Queria apelar-vos para não darem ouvidos a esse tipo de pressões", declarou.

A jornada de protesto contou com um significativo apoio da população nas grandes cidades de Joanesburgo e Pretória. Pouco antes do início dos protestos, 23 pessoas morreram em acções de violência política.

O movimento, lançado a propósito da comemoração dos

tumultos anti-"apartheid" do Soweto, a cidade negra nos arredores de Joanesburgo, em 1976, tem como verdadeiro objectivo forçar o Governo a aceitar a exigência do ANC de um Governo provisório multirracial até ao fim do ano.

Na cerimónia realizada ontem no Soweto, o secretário-geral do ANC, Oliver Tambo, apelou para o fim da violência política, que já provocou mais de cinco mil mortos, nos últimos dois anos. "O ANC e o povo da África do Sul precisam de paz, mas não a paz da sepultura", declarou.

Ontem, segundo um relatório policial, 21 pessoas foram mortas em incidentes, durante a noite e duas outras pela manhã, na zona de Joanesburgo.

No Soweto, o boicote aos transportes e ao comércio teve uma expressão próxima dos 100 por cento, atingindo os 80 por cento em Pretória. Os com-

boios que ligam Joanesburgo aos subúrbios negros circularam praticamente vazios e os táxis colectivos, geralmente conduzidos por negros, não circularam.

Os bairros residenciais brancos do centro de Joanesburgo, entretanto, registaram uma actividade quase normal, embora muitos negros empregados em estabelecimentos de brancos não tivessem vindo trabalhar. Observadores em Joanesburgo, citados pelas agências internacionais, notaram no entanto que nem todos os grevistas o são por pura convicção. Alguns não vêm trabalhar por falta de transportes, outros por medo dos actos de intimidação e

represálias dos activistas do ANC.

Mandela depositou ontem uma coroa de flores em memória das vítimas do Soweto, em 1976, após ter percorrido as ruas do grande bairro negro, trajando calças e "t-shirt" negras. O cortejo, composto por uma multidão exuberante que cantava e agitava bandeiras e cartazes do ANC, seguiu o mesmo percurso dos manifestantes de 1976, até à igreja de Santa Cruz. Foi nas proximidades desta igreja que o jovem Hector Pertersen, 16 anos, se tornou a primeira vítima dos tumultos, que se estenderam rapidamente a todo o país e se prolongaram por mais de um ano. ■

Joanesburgo entre a Lei e a desordem

EXPRESSO, SÁBADO 20 DE JUNHO DE 1982

David Beresford
em JOANESBURGO

CRESCER a preocupação entre os dirigentes negros da África do Sul sobre a hipótese da Administração De Klerk estar a tentar impor um acordo no país, com ou sem o apoio do ANC. Os receios aumentaram esta semana, com o anúncio feito pelo presidente De Klerk de que voltaria a convocar o Parlamento em Outubro para analisar o andamento das negociações — actualmente num impasse devido às exigências do Governo sobre o direito de veto da minoria branca. O ANC considerou esta iniciativa como uma decisão unilateral e acusou De Klerk de impor um prazo para se chegar a acordo sobre um governo de transição.

O Presidente afirmou que o Parlamento teria de reunir em Outubro para discutir a legislação decorrente de qualquer acordo a que se chegasse durante as negociações. Se não for concluído qualquer acordo até lá, «o Governo pensa que o Parlamento necessita de uma oportunidade para rever a situação e analisar as medidas que o Executivo possa vir a tomar».

A porta-voz do ANC, Gill Marcus, respondeu imediatamente, acusando De Klerk de estar a fazer uma ameaça implícita ao ANC: «O que ele está a dizer é ou terminam tudo até 12 de Outubro, ou avançaremos sem vocês».

A discussão sobre a convocação do Parlamento — que normalmente se reúne apenas durante seis meses por ano — segue-se a outros acontecimentos que levaram a especulações de que o Governo estará a considerar o regresso às medidas repressivas do passado nos contactos com a organização política negra.

As especulações foram reforçadas por legislação recente que, nas palavras do ANC, representa «as alterações de maior amplitude nas liberdades cívicas, desde a adopção do draconiano código de Segurança Interna de 1982».

A legislação alarga o tempo de prisão preventiva sem julgamento, bem como a definição do ónus da prova pelo crime de «intimidação», dando ao Estado maiores poderes de controlo. A tentativa do Governo de reforçar o sistema de recrutamento militar para brancos também deu azo a especulações de que o Executivo se possa estar a prepa-

rar para uma eventual declaração do estado de emergência.

Todos estes incidentes estão a criar preocupações de que o Governo, tendo-se libertado da parte mais odiosa da legislação do «apartheid» — como a segregação habitacional e as leis sobre miscigenação — e sobrevivido à legalização do ANC, acredite que se pode manter no poder sem receio de consequências demasiado graves. Estes factos podem levar o Executivo a tentar libertar-se do ANC como parceiro de negociação, se não lhe for possível atraí-lo para um acordo envolvendo uma divisão de poderes permanente com os brancos.

ANC em dificuldades

A precariedade da posição do ANC começa a tornar-se clara para os dirigentes da organização. Com o levantamento virtual das sanções e o abandono da «luta armada», pouco poder resta a esta organização para discutir com o Governo. Num esforço para conseguir maior peso político e fazer sair as negociações do impasse, o ANC lançou um programa de «acção de massas» esta semana, que envolve manifestações de rua e

campanhas para preparar uma greve geral em Agosto.

A esperança dos estrategas do ANC é conseguirem copiar o que pode ser descrito como o «fenómeno de Leipzig» — repetir as manifestações pró-democráticas de 1989 na Alemanha de Leste, que puseram de facto termo ao regime comunista e levaram à unificação alemã. O ANC tem esperanças de que esta acção de massas venha também a ser uma esmagadora manifestação de poder popular e que force a uma queda prematura da Administração De Klerk.

Mas o lançamento da campanha no princípio desta semana — em 16 de Junho, aniversário do levantamento de Soweto, em 1976 — fez com que muitos comentadores se interrogassem sobre a eficácia desta estratégia. Embora multidões consideráveis tenham assistido aos comícios realizados em todo o país — incluindo mais de 30.000 pessoas que receberam Nelson Mandela num estádio de futebol no Soweto —, sentia-se alguma superficialidade, o que sugere que o movimento de libertação terá de aprofundar mais esta campanha se quiser concretizar o sonho de derrubar a Administração De Klerk.